

# Planos de saúde aumentaram mais que a inflação

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - órgão ligado ao Ministério do Planejamento - entre maio de 2001 e abril de 2005 comprovou que neste período o reajuste dos planos de saúde foi de 40,83%. Segundo dados do IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - a taxa de inflação do período foi de 43,44%, enquanto que a inflação apurada no setor de saúde atingiu 36,26% (gráfico).

Ainda com base nos dados do IBGE e de acordo com o estudo, realizado por Carlos Octávio Ocké-Reis e Simone de Souza Cardoso, os aumentos definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os planos a partir de 1999 ficaram acima da inflação do setor de saúde e da inflação geral a partir de 2002.

“A obrigação da ANS é garantir o interesse social no setor de assistência, fazer com que os reajustes sejam menores, pois nos últimos anos o que aconteceu foi exatamente a situação exposta pelo estudo do IPEA”, garante Maria Inês Dolci, diretora da Pro Teste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. “É lamentável que o consumidor venha sendo prejudicado com reajustes consideráveis que não refletem os níveis de inflação verificados no período”, completa Dolci.

## Ações

Depois de acionar a Amil, Golden Cross e Itaú Seguradora, em 2005, no final do ano passado, o Idec- Instituto de Defesa do Consumidor entrou também com ações na Justiça contra a Porto Seguro e Amil, novamente. Em todas as ações, que são extensivas à Agência Nacional de Saúde Suplementar, a entidade contesta o índice de aumento, muito acima da inflação, aprovado para o reajuste das mensalidades dos usuários de planos/seguro-saúde destas empresas. SulAmérica e Bradesco não foram acionadas pelo Idec, pois o Ministério Público já havia entrado com representação contra essas empresas.

Em 2005, o percentual de aumento autorizado para contratos novos foi de 11,69%, no entanto, em decorrência de um termo de compromisso assinado entre a ANS e as empresas, foram autorizados reajustes percentuais de 25,8% para Bradesco e Itaúseg; 26,1% para a Sul América, 20,7% para Amil e 19,2% para Golden Cross.

“A ANS, que deveria regular o setor, é omissa em pontos importantes, o que prejudica e gera sérios problemas aos usuários”, afirma Daniela Trettel, advogada do Idec.

## Multas

A liderança no índice de queixas entre as principais entidades de defesa do consumidor tem custado caro aos bolsos

das operadoras de planos e seguro-saúde: somente no ano passado, a ANS aplicou 687 multas, a maior parte delas (60%) por negativa de cobertura. Outros motivos que geraram multas: rede credenciada, rescisão contratual unilateral e reajustes abusivos.

“A maior parte dessas penalidades foram originárias de denúncias dos consumidores”, explica Maria Júlia Gusmão Joviano, gerente de operações descentralizadas da ANS. “As denúncias podem ser feitas pelo telefone do Disque-Denúncia da ANS (ligação gratuita - 0800-7019656); na internet ([www.ans.org.br](http://www.ans.org.br)) ou nos núcleos de fiscalização da ANS existentes nas capitais dos seguintes estados: SP, RJ, RS, BA, CE, DF, MG, PA, PR, PE, cujos endereços podem ser encontrados no site da ANS.

